

# AÇORIANOS DO LITORAL CATARINENSE da invisibilidade à mercantilização da cultura\*

Nazareno José de Campos\*\*

**Resumo:** As populações de origem açoriana do litoral catarinense possuem, no processo histórico, forte grau de invisibilidade. Se nos anos 1940 a política de *brasilidade* do governo Getúlio Vargas pôs em evidência a questão da *açorianidade*, em especial com o Primeiro Congresso de História Catarinense ocorrido em 1949, apenas nas últimas décadas do século XX é que a cultura açoriana volta a ter visibilidade. Todavia, não mais pelos mesmos motivos, mas plenamente integrada à conjuntura econômico-social local-regional, em que se inserem novos contextos e interesses econômicos, entre os quais o setor do turismo.

**Palavras Chave:** Litoral catarinense; cultura açoriana; açorianidade; invisibilidade.

**Santa Catarina's Coast Azoreans: from invisibility to mercantilization of culture**

**Abstract:** Historically, populations of azorean origin, at the catarinense coast, possess a strong degree of invisibility. If in years 1940 the politics of *brasilidade* of Getúlio Vargas government put in evidence the questions of

---

\* Este artigo é resultado de estudos integrados a Pós-Doutoramento em Portugal em 2007 (Bolsa Capes), em especial, na Universidade dos Açores – Ponta Delgada, Ilha de São Miguel.

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, Brasil, (nazareno@cfh.ufsc.br).

*açorianidade*, in special with the First Catarinense History Congress occurred in 1949.

However, only in the last decades of twentieth century the azorean culture comes back to visibility, although not more for the same reasons. This time, the questions comes fully integrated to local-regional economic-social conjuncture, following new contexts and economic interests, like tourism sector.

**Key Words:** Catarinense coast; azorean culture; invisibility; açorianidade.

## Introdução

A região litorânea catarinense (mapa nº 1) teve seu processo de ocupação definido principalmente após a chegada da população proveniente do arquipélago dos Açores (mapa nº 2) a partir de meados do século XVIII, o que lhe proporcionou as feições sócio-culturais básicas<sup>1</sup>.

Entretanto, tal povoamento, inserido à conjuntura econômica e política lusa da época tinha uma função definida, a de proporcionar um processo produtivo regional e fortemente ligado à defesa territorial, tendo em vista as constantes investidas da Espanha por todo o litoral sul brasileiro, resultando daí a característica figura do “colono-soldado”.

Isso dificultou a formação na região de um produtor independente e forte o suficiente para gerar uma economia material de grande importância, salvo em períodos de auge da comercialização, demonstrando assim o caráter cíclico da acumulação.

À medida que a região sul brasileira vê-se envolvida em novas formas sociais e de produção, refletindo o gradual avanço, a nível naci-

---

<sup>1</sup> Virgílio Várzea em *A Ilha*; Oswaldo Rodrigues Cabral em *Os Açorianos*; Walter Fernando Piazza em *Santa Catarina, sua história*; entre outros autores, confirmam também a presença de habitantes provenientes do arquipélago da Madeira entre os imigrantes que vieram para a região litorânea de Santa Catarina em meados do século XVIII. No século XVII, apenas uns pontos isolados, mais precisamente Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (atual São Francisco do Sul), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (atual Laguna) eram ocupados pelos vicentistas, de origem portuguesa, provenientes da região de São Vicente, no litoral paulista. Mas já havia na região toda uma população indígena original - os conhecidos carijós, de gênese tupi-guarani.

onal e mundial, de relações capitalistas, a economia de base açoriana perde rapidamente seu ritmo e importância. Inclusive, pela concorrência que passaria a sofrer de novas economias, plenamente integradas ao processo econômico geral, a exemplo das pequenas produções mercantis de base alemã e italiana dos vales litorâneos (Itajaí, Tubarão, Araranguá, entre outros).

Desse modo, as populações de origem açoriana da região litorânea catarinense, além de se tornarem economicamente decadentes, serão responsabilizadas, por parte das classes dominantes e do poder político-administrativo local/regional, como sendo as principais culpadas por sua própria situação. Vistas como atrasadas, serão depreciativamente retratadas e invisibilizadas pela historiografia em geral.

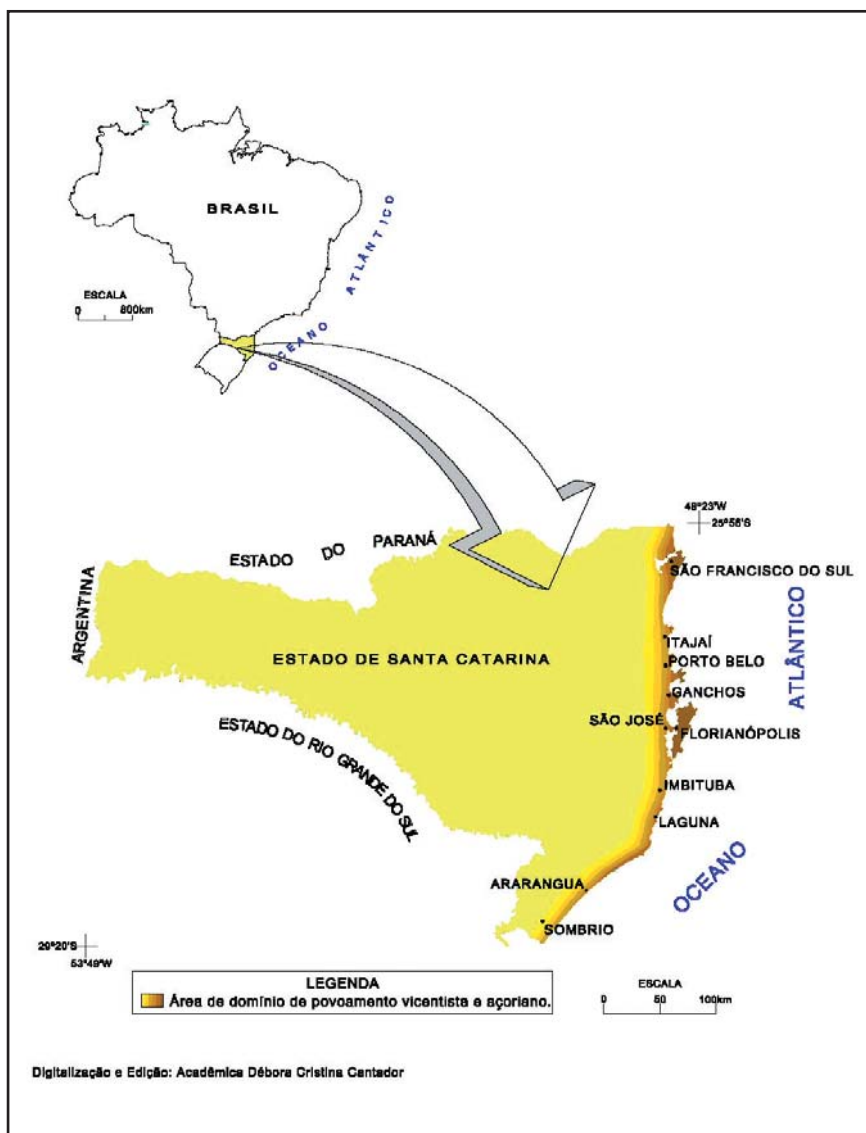
Movimentos, muitas vezes, restritos a um determinado espaço geográfico ou contexto sócio-cultural se farão sentir na história da região litorânea de Santa Catarina. Tencionam por em evidência a cultura de base açoriana dando-lhe assim maior visibilidade. Isso é visto em meados do século XX, período em que é enfatizada a noção de brasilidade, que se contrapõe à noção de germanicidade, bastante presente nos discursos que punham em evidência populações imigrantes de origem européia (alemães, sobretudo) vistas como empreendedoras e desenvolvidas. A problemática da Segunda Grande Guerra ajudou, por sua vez, no contexto geral de “retomada” da questão da açorianidade e, neste sentido, teve grande importância o Iº Congresso de História Catarinense, ocorrido em Florianópolis em 1948, que tenta enfatizar a cultura açoriana em sua plenitude.

Entretanto, os ecos do referido Encontro pouco são sentidos e a situação da sociedade e cultura açoriana permanece e até se aprofunda em sua invisibilidade com as políticas públicas desenvolvimentistas dos anos 1950-1960 que fazem questão de evidenciar o “atraso” do modo de vida das populações consideradas tradicionais, em especial se estas pertencessem ao meio rural.

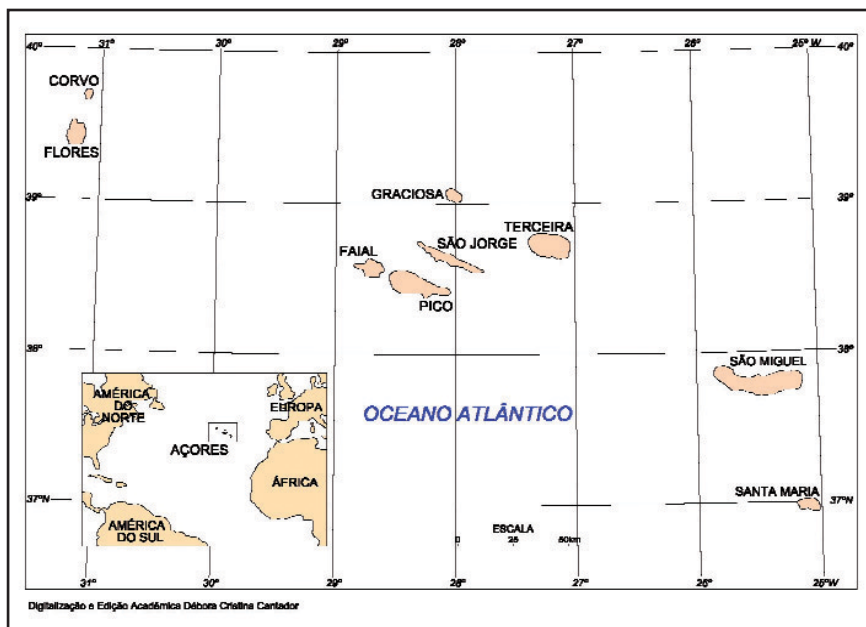
No entanto, as transformações que a economia e a sociedade experimentam nas últimas décadas, tanto a nível regional quanto nacional e mundial, proporcionam, à área em estudo, novos direcionamentos econômicos em que o turismo vem a ser um elemento central. A questão cultural se torna mais um atrativo para o capital e, desse modo, os aspectos sociais e culturais de base açoriana serão alçados a uma posição de destaque, caracterizando uma nova fase de visibilização da cultura regional, num contexto bastante diferente de momentos ante-

riores em que situações de manifestação cultural também estiveram presentes.

**Mapa 1 – Litoral catarinense, região de domínio de povoamento vicentista e açoriano**



## Mapa 2 - Arquipélago dos Açores



### 1. Uma Aparente Visibilidade Inicial

Pelo exposto em diferentes autores de um passado mais distante (século XIX, primeiras décadas do século XX) havia, à época, uma percepção do habitante litorâneo catarinense, descendente de açorianos, como sendo, ao mesmo tempo, resignado, porém destemido, um bom exemplo a ser observado e seguido. Aliava, no entender de Virgílio Várzea, um caráter humilde, excelente qualidade moral, índole trabalhadora, bem como “*uma rara tenacidade, affazendo-se facilmente ás dificuldades, ás privações e agruras do meio, conformando-se com tudo, pacifica e resignadamente*”<sup>2</sup>.

Essa idealização do açoriano, um misto de grandeza e submissão, ajudou à manutenção, expansão e engrandecimento do conceito de açorianidade. Ajudou, também, ao açambarcamento de relações sociais e elementos culturais os mais diversos como sendo de gênese açoriana.

<sup>2</sup> VÁRZEA (1900): 25.

Assim, mesmo que a submissão proporcionasse para muitos uma visão negativa do elemento de origem açoriana, a idealização de grandeza proporcionava visibilidade. Mas essa visibilidade acabava por ser enganosa, bem diferente, da visibilidade que passam a ter, por exemplo, os imigrantes europeus de origem alemã e italiana que para Santa Catarina vieram, respectivamente, a partir de meados e final do século XIX, e que passam a ser vistos como empreendedores e modelo de crescimento econômico e social.

Por outro lado, mesmo que nas décadas de 30 e 40 do século XX tenha ocorrido um processo de *homogeneização*, estimulado pelo governo federal de Getúlio Vargas, incentivando a “brasilidade”, da qual foram alvos as etnias alemã, italiana, eslava, isto não significou um fortalecimento da figura do açoriano. A economia influiu bem mais, já que o pronunciado crescimento econômico dos vales litorâneos, predominantemente povoados por imigrantes das levas pós-meados do século XIX, aliado ao constante processo de decadência da economia das áreas dominadas por população de origem açoriana, favoreceu ainda mais à invisibilização do elemento açoriano e à visibilização do “empreendedorismo” dos demais.

Tal diferença está bem clara no texto de Lourival Câmara que, de um lado, afirma que “*o homem das nossas praias é bem a reprodução degenerada do açoreano que fracassou no litoral catarinense, à época do povoamento*”<sup>3</sup>. Açoriano que, pelo seu característico modo de vida passa a ser interpretado como sendo um sujeito incapacitado para o trabalho. Contrariamente, esse mesmo autor cita, sem nenhuma ressalva, a Fala de 1844 do então Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Luiz da Gama Rosa, segundo o qual, “*a grande e superior raça germânica, que possui a irresistível força de tenacidade, soube criar nos nossos desertos, centros de poderío, civilização e riqueza, hoje voltados a um engrandecimento seguro, progressivo e indefinido*”<sup>4</sup>.

A riqueza de uns, a pobreza de outros, são vistas como resultado de certo “determinismo”, representado pela situação econômico-social tendo por base elementos étnicos, esquecendo-se do processo que proporciona a gênese e a dinâmica que veio a caracterizar as diferentes formações sócio-espaciais em território catarinense.

No caso do açoriano do litoral, muito de sua invisibilidade é resultado do processo econômico-social imposto pela Metrópole na fachada

---

<sup>3</sup> CÂMARA (1940): 12.

<sup>4</sup> CÂMARA (1940): 26.

litorânea catarinense e na fachada litorânea sul brasileira como um todo. A começar pelo papel que lhe é reservado no processo de povoamento, o de se constituir na figura de um “colono-soldado”, que viria a produzir para as necessidades da Coroa, evidenciadas através das requisições, tanto de produtos quanto de homens para constituir as milícias, além dos interesses do comércio regional e da Colônia. No caso das milícias, muitas famílias, tomadas do receio de constantemente perder os filhos homens em idade produtiva, prejudicando assim a faina agrícola, passaram a adotar a estratégia de informar aos censos oficiais um número de filhos menor do que o real<sup>5</sup>. Além disso, o fato de serem constantemente ludibriados quanto ao pagamento do que lhes era requisitado em termos de produtos (farinha de mandioca, principalmente), leva muitos produtores a dirigirem sua produção cada vez mais para a subsistência familiar, conforme chama a atenção o próprio Presidente da Capitania de Santa Catharina no ano de 1798<sup>6</sup>. Esta situação provoca o enfraquecimento da economia litorânea catarinense, o que é percebido em apenas meio século após a chegada dos primeiros açorianos à região.

Há também que se ressaltar que o produto básico da produção regional, a farinha de mandioca, não era diretamente comercializado com as praças compradoras externas (Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires) pelo próprio produtor, mas, por comerciantes locais. Estes pagavam aos produtores conforme as oscilações dos preços do produto no mercado, o que impedia àqueles de manterem uma acumulação constante, o suficiente para superarem a fase do engenho puxado a bois, galgando, por exemplo, aos moinhos. Os imigrantes europeus chegados a Santa Catarina, após 1850, rapidamente alcançaram e superaram

<sup>5</sup> SAINT-HILAIRE (1820): 145-146 assim afirmava: “*Se os dados officiaes não exprimem a verdade é porque muita gente, com intenção de subtrahir do serviço obrigatorio da milicia alguns membros da familia, nunca declarava o numero exacto de que esta se compunha*”.

<sup>6</sup> Em seu Relatório, RIBEIRO (1798) afirmava que “*huma das causas principaes da decadencia q. se experimenta na cultura desta Ilha, hé a falta dos dinheiros da Fazenda Real, para pagarem propmtamente aos lavradores, as farinhas que se lhe tomam todos os annos, para o sustento da tropa. Eles estão realmente tão possuidos deste receio, pela experiencia daq. se lhes deve dos annos antecedentes q’ja vão plantando muito pouca, alem daquelas q’lhes hé necessaria para o seu gasto; Eu tenho mesmo huma prova convincente sempre que mando fazer a arrolação das sobreditas farinhas, aqual não se consegue nunca, sem muitas difficuldades, ameaças e as vezes castigos. Esta deminuição obriga indispensavelmente a providenciar q. não fiquem os povos sem sustento, evendo-se os lavradores cercados destes dois embarços, deixão de aumentar suas plantaçoens, a medida doq. Cada hum deles faria, se as podesse exportar livremente e se lhe pagassem comprontidão aquelas q. se lhes tomão por conta da Real Fazenda*”.

tal avanço técnico, tornando-se fortes concorrentes, inclusive em relação aos principais produtos da produção açoriana, desbancando ainda mais a sua economia. Conjuga-se a isso o fato do *habitat* rural açoriano litorâneo catarinense gerar um constante repartimento da terra via herança, empobrecendo-a pelo seu sucessivo uso, provocando desse modo queda na produtividade, situação que já estava presente em pleno século XIX.

No século XX, outros elementos ajudaram ainda mais no processo de transformação da economia e sociedade açoriana do litoral catarinense, a se destacar o rápido processo de urbanização pós anos 1960 e, após os anos 1970, a economia voltada ao turismo, que usurpam, entre outras coisas, extensas áreas de uso comum do povo (as chamadas *terras de uso comum*) necessárias à complementação da vida diária do habitante açoriano e elemento inerente à sua constituição sócio-cultural.

Essa conjugação de elementos no transcorrer histórico impossibilitou a manutenção de uma base material, suficientemente forte a ponto de por em evidência a economia e a sociedade regional. Pelo contrário, ela foi sendo gradativamente relegada a um plano inferior, principalmente, quando comparada com outras sociedades e economias regionais, a exemplo do ocorrido nos vales litorâneos em relação aos imigrantes de origem alemã e italiana. E não apenas por parte das administrações e do poder político e econômico, como também em relação à grande parte da historiografia catarinense.

## 2. Um longo período de invisibilidade

Apesar do exposto no item anterior, tudo indica que a invisibilidade do elemento açoriano litorâneo catarinense já o acompanhava mesmo antes que aportasse na região pela primeira vez em meados do século XVIII. Afinal, Açores, para a metrópole portuguesa, em especial para as classes econômicas e sociais dominantes, era visto como um “fim do mundo”, e seu povo como “atrasado”, o que lhes dava pouca visibilidade perante a população lusa em geral.

Pelo visto tal questão permanece por todo o século XX e talvez até continue, o que pode ser percebido nas afirmações do Presidente da Associação Industrial do Porto que, em visita ao arquipélago em outubro de 2007, vislumbrando perspectivas de investimentos, afirmava que: “*Os Açores eram para nos um “país ignoto”, o fim de Portugal*”, mas que hoje em dia “*já não são o fim do mundo que os portugueses durante muitos*

*anos pensavam, e tornaram-se mesmo na moda que já se faz sentir no dia-a-dia de quem vive e trabalha no continente*". E acrescentava: "*Hoje os Açores são uma região que relativamente a Portugal e ao norte do país, concretamente, nos embaraça porque têm factores de desenvolvimento grandes e por isso mesmo se impõe ao respeito nacional*"<sup>7</sup>.

Não é ao acaso que o açoriano já é visto, ao chegar à região litorânea catarinense e sul brasileira em meados do século XVIII, como um habitante de "segunda categoria" e, desse modo, continuará a ser tratado, no transcorrer histórico, pelo poder político e econômico constituído e, também, por outras populações de Santa Catarina, como aquelas provenientes da Europa após o século XIX. Todavia, no período nacionalista de Getúlio Vargas (décadas 30 e 40 do século XX), há a tentativa, como já comentamos, de homogeneização cultural. No caso catarinense tal política é levada a cabo por Nereu de Oliveira Ramos, interventor nomeado para o estado.

Em meados do século XX, o forte ideário desenvolvimentista colocado em prática a nível nacional, principalmente, a partir do governo Juscelino Kubitschek, dirigia à modernização tanto o campo quanto a cidade, levando o país a uma forte homogeneização no sentido de que fossem pensadas "*as carências elementares da população segundo a lógica do desenvolvimento capitalista e da racionalidade urbano-industrial*"<sup>8</sup>.

Seguindo essa lógica, os pequenos produtores de origem açoriana do litoral catarinense, um misto de agricultor-pescador, passam gradativamente a ser considerados, assim como outras populações espalhadas pelo território brasileiro, como elementos do passado. Isto se faz notar, em especial, nas populações rurais, refletindo as mudanças provocadas pela expansão do modo de produção capitalista em todos os setores da economia, sociedade e cultura. Os próprios Governadores do Estado de Santa Catarina, nas suas Mensagens e Relatórios, chamavam a atenção à "rotina de velhos hábitos" no campo, onde o produtor deveria se inserir a uma "*cultura racional e intensiva*"<sup>9</sup>.

A criação, em 1956, da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) segue essa lógica, ao promover os serviços de Extensão Rural, convencendo os agricultores a se inserirem na modernização, o que ia de encontro à imagem, expandida em

---

<sup>7</sup> CORREIO DOS AÇORES (2007): 21. Artigo "Os Açores já não são o fim do mundo".

<sup>8</sup> LOHM (1999): 41.

<sup>9</sup> SANTA CATARINA, 1919: 111.

relação ao Brasil, da população do campo como sendo atrasada, preguiçosa e indolente, única responsável pela situação de pobreza em que se encontrava. Argumentando nesta direção, Reinaldo Lohm afirma que “*os modos e hábitos de trabalhos costumeiros da população rural catarinense apareciam como problemas que deveriam ser superados*”<sup>10</sup>.

Para o caso de Santa Catarina, a simplicidade das populações de origem açoriana da região litorânea levou à adoção de termos que se tornaram pejorativos, tais como a designação de “mané”, significando matuto, atrasado. Na lógica do sistema, só lhes restaria duas saídas: ou se inseriam às transformações, claramente definidas através da chamada “Revolução Verde”, ou definhariam no esquecimento, no abandono, o que os tornaria ainda mais invisíveis perante o poder público e grande parte da sociedade. Mas os descendentes de açorianos não foram os únicos a se tornarem “invisíveis” na historiografia catarinense. Eles se aliam às populações de origem indígena e africana, além de parte da população mestiça (os conhecidos *caboclos*), até hoje presentes no Planalto Lageano e Planalto Norte catarinense, onde inclusive está grande parte da população descendente daquela ligada à questão do Contestado<sup>11</sup>.

Considerando que a expansão capitalista, a nível brasileiro, já se apresentava desde meados do século XIX, a vinda de imigrantes europeus para o sul do país nela se inscreve, sendo eles, desde cedo, vistos pelas elites (políticas, econômicas) como laboriosos, empreendedores, ordeiros e desenvolvidos. Toda a atenção lhes era dada pela literatura em geral, documentos e relatórios do poder público. Em *Fala* de 1842, dirigida à Assembléia Provincial, o então Presidente da Província, ao se referir acerca dos colonos franceses que viriam povoar a península do Saí no litoral norte catarinense, na forma de uma colônia societária ao modo do socialismo utópico de Charles Fourier, afirmava serem eles “*dotados de talento e industria, darão valor às riquezas naturais, que não tem, os podido ou sabido aproveitar, farão avultar os nossos produtos e os aperfeiçoamentos materiais que introduzirem servirão de exemplo e estímulo aos habitantes do país para os imitarem*”<sup>12</sup>. Seguindo a mesma lógica, é

---

<sup>10</sup> LOHM (1999): 48.

<sup>11</sup> O *Contestado* foi um conflito cujo ápice se dá entre 1912-1916 (Guerra do Contestado) que conjugava diferentes elementos: colonização, expansão de interesses capitalistas, exploração/expropriação da população nativa cabocla, luta de classes, fanatismo religioso, tudo isso, em espaço territorial em disputa pelos estados do Paraná e Santa Catarina – “região contestada”, daí o termo “Contestado”.

<sup>12</sup> BOITEUX (1944): 79.

fomentada uma imagem negativa do habitante do litoral. Não é sem sentido que, em outras regiões do Brasil, ao ser retratada a figura física do habitante típico de Santa Catarina, torna-se padronizado, mesmo em relação à região litorânea, um tipo loiro de olhos azuis.

Ao se contrapor o açoriano em relação aos outros imigrantes de origem européia presentes no estado de Santa Catarina, está-se a enfatizar, na verdade, o embate entre atraso/moderno; desenvolvido/subdesenvolvido; passivo/empreendedor; entre outras designações que se queira auferir para a situação. Denota certo “conflito” de idéias. Ou seria de ideais? Ao analisar tal embate, Maria Bernardete Ramos Flores afirma com muita clareza que:

Foi no interior deste conflito que se inseriu a problemática da construção da história escrita dos açorianos do litoral de Santa Catarina. Diante do “fracasso” constatado de seu “progresso” material, tendo por referência e eixo polemizador o desenvolvimento da região colonizada pelos alemães, optou-se pela abordagem que refundasse o caráter de brasilidade de Santa Catarina. Procurou-se resgatar da memória guardada nos arquivos, o papel daqueles habitantes na história da configuração geográfica proveniente do domínio português no Sul do Brasil. Procurou-se também resgatar as tradições que legitimassem esta mesma história: a língua, as árvores genealógicas, as festas, os objetos artesanais, os ofícios<sup>13</sup>.

Essa procura não parte de uma consciência coletiva atribuída à população em geral. É uma iniciativa de alguns membros da sociedade que, embora vislumbrassem uma revalorização e reafirmação do elemento açoriano catarinense, conjugavam ao mesmo tempo dos ideais progressistas e desenvolvimentistas preconizados pelo próprio Estado em favor de uma expansão da economia capitalista, tanto no campo quanto na cidade. Inclusive, alguns deles, faziam parte do poder político e econômico constituído. Só que isto não aparece como algo isolado, mas igualmente inserido a um contexto que já vinha se fomentando desde o começo do período republicano e que se aprofunda a partir de meados do século XX, refletindo o que ocorria ao nível da conjuntura capitalista nacional e mundial.

---

<sup>13</sup> FLORES (1998): 143.

### 3. Conceito de Açorianidade – visibilidade / invisibilidade no processo histórico

A açorianidade é um termo vago defende Onésimo Almeida<sup>14</sup>. Se ela representa de algum modo uma necessidade, uma afirmação do açoriano das ilhas enquanto identidade cultural, no caso do litoral catarinense, isso não se confirma. Aqui, pelo que se percebe, o conceito é, em primeiro lugar, absorvido da literatura lusa e luso-açoriana<sup>15</sup> por literatos, estudiosos e membros de instituições públicas como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e Academia Catarinense de Letras. É, portanto, externo. Não apenas no sentido de proceder da mãe-pátria Portugal, mas, externo à própria população em geral. Torna-se aqui uma construção “de cima para baixo”, cuja população, em grande medida, desconhecia sua real origem. “*Açorianidade é açorianidade de quem diz*” afirma o autor citado. Cá em nossas terras, isso se exprime claramente quando se percebe que por detrás do conceito há muitas vezes impregnado um discurso, por vezes travestido de modismo, ligado, direcionado, a diferentes interesses políticos e econômicos, inerentes à própria dinâmica, a nível local e regional, do modo de produção dominante em sua concreticidade.

Onésimo Almeida, ao retratar os Açores, diz que “*a açorianidade não deve acarretar consigo imperativos metafísicos de insularização para além do que o mar impõe*”<sup>16</sup> demonstrando assim que um determinismo geográfico pouco responde a questão. Por sua vez, Francisco Maduro-Dias ao relacionar os conceitos de insularidade e açorianidade afirma que “*a população açoriana não é autóctone, a vegetação também não o é em grande medida, temos, portanto, e como Vitorino Nemésio já o dissera, um povo que, mercê das ilhas, se transforma. (...) Afinal, no Mundo as ilhas existem em profusão. Onde acaba o conceito de ilha e começa o de Açoriano?*”<sup>17</sup>.

Isso nos leva a pensar seriamente. Se a complexidade sócio-cultural e natural das nove ilhas incrustadas no meio do Atlântico Norte leva o conceito de açorianidade a questionamentos, não havendo, portanto, uma unanimidade, por que então o discurso da “décima ilha açoriana”, hoje atribuído e defendido por alguns ao se referir à Ilha de Santa Catarina (junto ao litoral centro catarinense e onde se localiza Florianópolis, a capi-

<sup>14</sup> ALMEIDA (1986): 550.

<sup>15</sup> Que indica Vitorino Nemésio como o criador do termo, em especial em seus escritos de 1929 (O Açoriano e os Açores) e 1932 (Açorianidade).

<sup>16</sup> ALMEIDA (1986): 551.

<sup>17</sup> MADURO-DIAS (1978): 222.

tal do estado)<sup>18</sup>. Ele não procede, a não ser como propaganda, um verdadeiro marketing direcionado ao interesse do setor turístico e imobiliário (especulativo muitas vezes) que vem avançando nestas últimas décadas.

Há também que se ressaltar, que o conceito de açorianidade não deve tomar o direcionamento, para os açorianos e seus descendentes, de uma camisa de força. Uma identidade cultural é historicamente produzida e aceita por um povo, sem que ela tenha que ser fomentada, ou mesmo imposta, como se um conceito que a defina seja o fim em si mesmo.

Não obstante, a “invenção da açorianidade” em relação à região litorânea catarinense não é de hoje. Ela já está presente na década de 1940, quando do Primeiro Congresso de História Catarinense, do qual participaram a intelectualidade regional e mesmo nacional da época<sup>19</sup>, e inclusive, a presença do professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Manuel de Paiva Boléo. É evidenciada a sobrevivência de costumes dos Açores e também da Madeira no estado de Santa Catarina, chamando-se a atenção para “*o importantíssimo papel do açoriano na caracterização do Estado*” segundo retratava a Comissão Executiva do evento (Desembargador Henrique da Silva Fontes e Deputado Estadual e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral). É dentro dessa lógica que fica evidenciada a necessidade de reafirmação, resgate ou descoberta da cultura de origem açoriana. Assim, Manuel Souza Menezes atribui o reflorescer de uma nova fase (pelo menos de um novo momento) de visibilização do açoriano como fruto de “*uma plêiade de homens ilustres descendentes dos antigos colonos*”<sup>20</sup>. Foi esse grupo de homens ilustres que “*enfrentou o desafio da construção de uma identidade histórico-cultural*”<sup>21</sup>. A base para esse desafio, para os participantes do Congresso, assim como para muitos estudiosos da questão açoriana catarinense, era a ascendência comum. E não só o Congresso será marcado por isso; mesmo hoje em dia muitos seguem essa lógica.

---

<sup>18</sup> Claramente evidenciado na obra de Joel Pacheco, *Florianópolis a 10ª Ilha dos Açores*, que possui uma Apresentação bastante elogiosa por parte de Alzira M. Serpa Silva, que dirige a Direção Regional das Comunidades – Presidência do Governo Regional dos Açores. Por sua vez, o site oficial do NEA (Núcleo de Estudos açorianos) [www.nea.ufsc.br](http://www.nea.ufsc.br), ao retratar sobre o Troféu Açorianidade, afirma que: “*A Ilha de Santa Catarina empresta o nome ao décimo troféu, que acreditamos ser a décima ilha do arquipélago Açoriano*”.

<sup>19</sup> Historiadores e intelectuais como Helio Viana, Manuel Diegues Jr, Walter Spalding e Dante Laytano.

<sup>20</sup> MENEZES (1952): 1.

<sup>21</sup> FLORES (1998): 132.

Um Encontro de estudiosos discutindo sobre uma determinada sociedade e cultura não proporciona elementos suficientemente fortes para que haja a sua reafirmação e conseqüente retomada da visibilidade perdida. Lembra a autora, anteriormente citada, que “*a rememoração que se dá num presente, pode ser algo que tenha sido interrompido no passado, sem continuidade com o presente, apagado na memória oral*”<sup>22</sup>. O que significa que, muitas vezes, nem mesmo os membros de uma determinada cultura têm a exata noção sobre sua origem.

Assim, a sociedade e economia de base açoriana do litoral catarinense, ao contrário do ocorrido nos vales litorâneos (dominado por população de origem alemã, italiana e em menor escala eslava), não só não consegue se impor na ordem social e econômica que se delineia a cada momento, como vêem inclusive fortalecidas aquela visão de fraqueza em contraposição ao “empendedorismo” de outras populações. Tem-se daí um fortalecimento da invisibilização social e cultural da população de origem açoriana do litoral catarinense, embora uma nova fase de afirmação da açorianidade se vislumbre concomitantemente às transformações econômico-sociais emergentes após os anos 1970.

#### **4. Visibilização na atualidade – ou mercantilização da cultura?**

A partir dos anos 1970, a região litorânea catarinense, refletindo os rumos que tomava o capitalismo a nível nacional e mundial, sofre rapidamente uma série de transformações, alterando com profundidade a constituição social, econômica e ambiental da região. Fazem-se presentes novos contextos (econômicos, sociais, políticos e culturais), possibilitando o surgimento ou expansão de interesses do capital em sua dinamicidade.

É mais ou menos por essa época (um pouco antes em alguns espaços, um pouco depois noutros) que a região vê aprofundado o processo de expansão da urbanização, o que dinamiza igualmente a especulação imobiliária, no que se inserem tanto as terras consideradas devolutas (como áreas de *posse* cujos posseiros não conseguem comprovar a ocupação por sua família, ou as *terras de uso comum* do povo), quanto em relação às terras dos pequenos produtores de origem açoriana (agricultores e/ou pescadores).

A urbanização, que denota mudanças locais e regionais, presente em todo o país, em especial em sua zona litorânea, vem acompanhada por

---

<sup>22</sup> FLORES (1998): 131.

outros elementos que, para a região litorânea catarinense, se mostram até com maior importância no processo de transformação, sendo o setor econômico voltado ao turismo o que mais leva à alteração na paisagem e na sociedade como um todo.

Surge, a partir de todo esse contexto, uma nova fase de “redescoberta” da açorianidade, agora, para além daquela luta entre brasilidade e germanicidade das décadas de 1930-40.

De um lado, têm-se profissionais, grande parte deles das áreas das ciências humanas (história, geografia, sociologia, antropologia) ligados a instituições públicas (como a Universidade Federal de Santa Catarina) que tencionam por evidência a cultura açoriana como forma de resgatar a origem histórico-social regional e evidenciar sua importância no contexto sócio-espacial de Santa Catarina. De outro lado, há igualmente profissionais dessas mesmas áreas que aliados a instituições públicas diversas e órgãos ou empresas privadas, tencionam certa “qualificação” da cultura regional como forma de atrair novas possibilidades de efetivação econômica para a região, principalmente para a expansão do turismo. Têm-se, neste caso, a inserção da sociedade e cultura de base açoriana ao circuito do capital.

Inicia-se, já na década de 1980, uma série de debates e encontros acerca da questão açoriana, a exemplo das Semanas de Estudos Açorianos, que ocorrem desde 1986. Grande parte deles sob coordenação do NEA (Núcleo de Estudos Açorianos) órgão ligado à Universidade Federal de Santa Catarina e criado em 1984, cujo propósito é “*realizar pesquisas e desenvolver trabalhos voltados à preservação e divulgação da cultura de base açoriana*”<sup>23</sup>. Em 1992, o Núcleo sofre reestruturação e adota a filosofia do “trabalho comunitário” atingindo os 45 municípios que fazem parte do litoral do estado, através de cursos, palestras, reciclagem para professores, além do desenvolvimento de um Mapeamento Cultural atuando nos campos da educação, cultura e turismo, “*destacando os valores culturais de cada comunidade, não de forma simbólica, mas de forma concreta, e que permite a estas comunidades usufruírem destes valores na geração de uma fonte de renda agregando valores ao seu artesanato, folclore, festas populares, etc*”<sup>24</sup>.

Em 1993, ocorre na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o Iº Encontro Inter-Institucional da Cultura de Base Açoriana do Litoral

---

<sup>23</sup> Conforme especificado em seu site [www.nea.ufsc.br](http://www.nea.ufsc.br).

<sup>24</sup> Idem.

Catarinense “*no intuito de atrair os órgãos públicos e instituições de Ensino Superior do litoral*”<sup>25</sup>. Estiveram presentes, além da própria UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a UNIVILLE (Universidade da Região de Joinville), a UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), a UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), a UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense). Estiveram ainda representadas no Encontro a FCC (Fundação Catarinense de Cultura), a SANTUR (Santa Catarina Turismo – órgão oficial de turismo do estado de Santa Catarina), e diversas administrações municipais do litoral, representando os municípios do litoral.

Para tanto, e conjugado a novos estudos e discussões, foi dividido o litoral catarinense “*em cinco micro regiões, cada qual sob a responsabilidade de uma Universidade regional a quem caberia o processo de articulador-coordenador do Mapeamento Cultural*”<sup>26</sup>.

A presença da SANTUR no processo dá claramente o tom que o governo estadual tencionava em relação à questão; e, a presença, organização e coordenação do movimento partindo da universidade proporciona a justificativa que o setor turístico, comércio e capital imobiliário, entre outros, necessitavam para a inserção da cultura regional ao processo de expansão de suas atividades na região, ajudados que serão pela inserção das administrações municipais também no contexto, que agirão como facilitadoras aos interesses daqueles.

Há inclusive que se aventar o fato de que, para alguns membros da academia (docentes e discentes) o ressurgimento das discussões sobre a açorianidade e de visibilização do elemento açoriano regional, lhes significa muito mais um novo filão de pesquisas, projetos, consultorias, entre outras atividades, sem que, intencionalmente ou não, haja uma real preocupação quanto ao significado que todo o processo toma.

Veja-se que os Encontros e as Festas, evidenciando a cultura de base açoriana, passaram a ocorrer com uma frequência considerável e não mais obrigatoriamente organizadas pelas instituições de ensino superior, mas principalmente através do apoio direto das administrações municipais, através de suas Secretarias de Turismo, apoiadas pela SANTUR. Isto já é percebido anualmente desde 1994 em relação ao Açor, a Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> FARIAS (1995): 574.

<sup>26</sup> FARIAS (1995): 577.

<sup>27</sup> Na ordem houve, desde 1994, a Festa Açoriana nos municípios de Itajaí, Imaruí, Imbituba, Penha, Içara, Porto Belo, Garopaba, São José, Araranguá, Tijucas, São Francisco do Sul, Barra Velha, Laguna e Governador Celso Ramos. Em 2008, em Itajaí,

Esboça-se, inclusive, a exemplo do ocorrido em relação à cultura de base alemã do estado de Santa Catarina, o desenvolvimento de um circuito de festas que, direta ou indiretamente, passa a retratar a cultura açoriana<sup>28</sup>. Nisto, a gastronomia torna-se um dos elementos chave, evidenciando-se logicamente os frutos do mar (pescados, crustáceos, moluscos). Mas a gastronomia a eles ligada está presente em qualquer município da orla marítima, não se reduzindo propriamente a uma situação específica, pois, o fato de se comer camarão, ostra, marisco, berbigão<sup>29</sup>, ou pescados em geral (fritos, assados, cozidos ou grelhados) não significa que se trate de pratos típicos da culinária de gênese açoriana. Mesmo porque, o preparo destes alimentos nos restaurantes segue a forma convencional e não propriamente artesanal e com os aspectos típicos que o habitante regional de base açoriana o fazia.

Igualmente em relação à educação e lazer, uma série de atividades reaparece, tanto nas festas, atividades de lazer de fins de semana em praças públicas, como as brincadeiras e histórias ligadas à cultura regional.

Essa “tomada de consciência” da açorianidade é também percebida nos livros didáticos, que agora não só retrata o açoriano, antes esquecido, como o retrata com um ar de beleza e grandeza.

Mas é a mídia quem mais vem enfatizando a cultura açoriana. Porém, a transforma em um atrativo. Um atrativo a ser admirado, absorvido, comprado. Isto ficou demonstrado em relação à novela *Como uma Onda*, da Rede Globo de Televisão, que foi ao ar no horário das dezoito horas, entre fins de 2004 e por todo o primeiro semestre de 2005. Boa parte dela foi gravada em Florianópolis e Ilha de Santa Catarina, retratando, entre outras coisas, belas praias, vilas de pescadores e gastronomia regional. Isto favoreceu ao poder público municipal via SETUR (Secretaria Municipal de Turismo) e estadual via SANTUR (Santa Catarina Turismo) a ampliar sua ação, evidentemente, conjugando valores e interesses do empresariado da região e estado de Santa Catarina, no intuito de expandir a atividade turística (no que se favorece também o setor imobiliário), não só na região como em toda a orla litorânea de Santa Catarina, cuja origem açoriana está fortemente presente. Portanto, a referida novela, se constituiu em mais um elemento muito bem trabalhado

---

o 15º Açor foi cancelado pelos organizadores em decorrência das fortes chuvas que assolaram a cidade, cujo município decretou estado de calamidade pública. Em 2009 o Açor ocorreu em Palhoça.

<sup>28</sup> *Marejada* em Itajaí, *Festa da Tainha* e *Fenastra* em Florianópolis, *Açorfest* em diferentes municípios, e assim por diante.

<sup>29</sup> *Anomalocardia brasiliana*, uma espécie de molusco marinho (concha bivalve) que vive na areia e é comum em nosso litoral.

pela mídia (televisiva, escrita e digital) local, regional e mesmo nacional, e que serviu para a divulgação de Florianópolis e litoral catarinense.

A mídia escrita tem tido também o seu papel, a exemplo de reportagens, artigos, folders, mapas, direcionado à divulgação da região, a exemplo do artigo publicado em 29 de maio de 2002 pela Revista *Veja*, o principal semanário de circulação nacional, intitulado *Onde as coisas dão certo*, o qual evidencia índices econômicos e qualidade de vida de Santa Catarina, considerando o progresso catarinense como um “fenômeno” comparado aos outros estados. Muitas dessas reportagens são certamente “pacotes”, produzidos intencionalmente por organismos públicos e privados, em especial aqueles voltados à questão do turismo, evidenciando a beleza litorânea catarinense e proclamando a boa qualidade de vida da região em comparação com as demais regiões do país.

Enfim, o papel da mídia é muitas vezes marcante, a ponto de alguns elementos constituintes da cultura regional, como a “farra do boi”, sofrer forte campanha contrária, considerando-a uma atividade ilegal e monstruosa, mas que poderia deixar de ser, desde que realizada “ordeiramente”, encerrada em mangueirões. Não é ao acaso que já há quem defenda a construção de infra-estruturas para a brincadeira, com a presença de arquibancadas e a cobrança de ingressos, “onde todos possam se divertir sem nenhum problema para si e para o animal”, qual seja, a transformação da atividade ao estilo das touradas ibéricas<sup>30</sup>.

Não obstante, os elementos constituintes da cultura regional não são forçosamente todos originários dos Açores. Ao colocá-los como parte da cultura do litoral, essa mesma mídia ajuda a enganar, tais como o de considerar, por exemplo, o boi-de-mamão como possuindo origem açoriana<sup>31</sup>. Ela esquece que os descendentes açorianos aqui interagiram com outros grupos étnicos, como os índios carijós, os descendentes de africanos e mesmo dos europeus que para cá vieram após meados do século XIX (dominantemente alemães e italianos).

<sup>30</sup> A brincadeira do boi, hoje conhecida, inclusive pejorativamente, por “farra do boi”, ocorria em espaços razoavelmente amplos, fossem públicos ou privados. Porém, com as transformações ocorridas, principalmente após os anos 1970, em que muitas terras são cercadas ou apropriadas individualmente, mesmo aquelas de uso comum, os espaços para a brincadeira se reduzem drasticamente, passando então a ocorrer por entre as propriedades, o que vem a incomodar muita gente, entrando em cena as autoridades, que passaram a considerar a atividade como “fora da lei”, e assim é tratada.

<sup>31</sup> MELLO FILHO (1953): 79 chama a atenção para o fato de que o boi-de-mamão é percebido, em relação a Portugal, apenas em relação às suas colônias africanas e que somente a bernunça possa ser considerada, talvez representando o bicho-papão dos Açores.

Cria-se um fetiche, uma mágica, onde tudo se torna açoriano e deve ser evidenciado. Mas evidenciado para quem? A mercantilização da cultura torna-se assim visível, sendo vendida como qualquer produto. Nisso, torna-se bastante interessante a proliferação dos “prêmios” a pessoas, empresas, órgãos públicos, ou “autoridades”, onde muita gente conhecida na mídia catarinense acaba por recebê-los. Entre os prêmios, destaque-se o Troféu Açorianidade, distribuído quando da ocorrência das Festas da Cultura Açoriana de Santa Catarina, cujo objetivo, segundo o NEA, órgão emissor, é “reconhecer e valorizar o trabalho de Instituições, Pessoas e Empresas, em prol da Cultura de Base Açoriana do estado de Santa Catarina”<sup>32</sup>. Entre os agraciados, alguns não possuem origem açoriana e pouco tem contribuído para o reconhecimento da referida cultura.

Especificamente à Ilha de Santa Catarina, onde se localiza Florianópolis, a capital do estado, tem-se o troféu “manezinho da ilha”, termo que até um passado recente designava pejorativamente ao habitante “nativo” do interior (pescador em especial), dando-lhe um sentido de “matuto”, de atrasado. Porém, à medida que se faz sentir a nova fase de visibilização da cultura de origem açoriana, o termo vem a se tornar motivo de exaltação, transformando-se “*não só num elogio mas numa espécie de ícone da cidade. De estigma passou a ser um valor*” argumenta Márcia Fantin<sup>33</sup>. Como a Ilha se torna cada vez mais conhecida nacionalmente, o termo ganha notoriedade ainda maior, sendo euforicamente proclamado pela mídia, principalmente após Gustavo Kuerten (Guga), o mais importante tenista brasileiro, ter se declarado “manezinho” assim que vencera o torneio de Roland Garros<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> [www.nea.ufsc.br](http://www.nea.ufsc.br). O Concelho que define o Troféu a ser entregue a cada ano é constituído por representantes das Prefeituras Municipais dos municípios do litoral de Santa Catarina, das Universidades Regionais, das Fundações Culturais, além do SETUR (Secretaria Municipal de Turismo de Florianópolis), IPUF (Instituto de Planejamento Urbano do Município de Florianópolis), SANTUR (Santa Catarina Turismo) e Conselho Honorário de Portugal. Todos os anos distribuem-se 10 troféus, cujos nomes são os das nove ilhas do arquipélago açoriano mais a Ilha de Santa Catarina, cada qual, homenageando uma Instituição de Ensino Superior, Grupo Folclórico, Administração Municipal, Veículo de Comunicação, Personalidade, Pesquisador, Artista Plástico, Empresa/Patrocínio, Artesão, e Escola do Ensino Fundamental e Médio. O município sede onde se dá a Festa Anual da Cultura Açoriana de Santa Catarina recebe, sem concorrer a indicações ou votações o Troféu Açorianidade/AÇOR.

<sup>33</sup> FANTIN (2000): 19.

<sup>34</sup> Segundo consta, o troféu “manezinho da ilha” foi uma iniciativa, a partir de 1987, do carnavalesco Aldirio Simões. Concedido a pessoas dos mais variados estratos sociais e origem étnica, figuram entre os agraciados, políticos de carreira, empresários, artistas, esportistas, membros de famílias tradicionais da Ilha, entre outros.

A figura do manezinho, que retrata o habitante típico da Ilha de Santa Catarina, tem muito haver com seu falar característico, o que atraiu alguns autores a produzir dicionários a respeito. Um deles, o *Dicionário da Ilha - falar e falares da ilha de Santa Catarina*, de Fernando Alexandre, natural do estado de Alagoas, traz uma série de verbetes (mais de 2.300 ao todo). Não se trata de um estudo lexicológico propriamente dito, mas o registro de várias expressões do “linguajar ilhéu”, cujo autor foi anotando e pesquisando por mais de três anos, seguindo, no seu entender, “*uma tentativa de escrever pela boca, ser o mais fiel possível à palavra falada (...). É apenas uma maneira bem humorada de juntar palavras que estavam soltas pelas ruas, filas de ônibus, bares, livros, shoppings e costões*”. Reconhece o autor que por não ser nem lingüista e nem filólogo tenha possivelmente cometido erros e equívocos. Afirma que além das expressões ou palavras de gênese açoriana, ocorrem também termos “emprestados” de turistas gaúchos e argentinos, e algumas palavras de origem lusa praticamente esquecidas na língua portuguesa de hoje. O sucesso alcançado pela obra entre parte da própria população da Ilha, mas principalmente entre os turistas que visitam a região, levando, atualmente, à sua vigésima segunda edição, certamente influenciou no interesse e produção, por este mesmo autor, do *Dicionário do Surf*. Saliente-se que o surf é um esporte largamente praticado por todo o litoral catarinense, sendo Florianópolis mundialmente conhecida, em especial em relação à Praia da Joaquina, onde ocorrem anualmente provas do campeonato mundial.

Por sua vez, Ilson Rodrigues Filho, traz ao público em 1996 o seu *Dicionário de Regionalismos da Ilha de Santa Catarina e arredores*. Apesar do que diz o próprio título, nele são percebidos inúmeros termos generalizantes encontrados no falar de diferentes lugares do país, alguns dos quais fortemente regionais, a exemplo do termo “tabaréu”, significando matuto, bronco, sem instrução, comumente utilizado em diversas áreas do nordeste brasileiro. Apesar disso, na apresentação da obra, o historiador Vilson Farias (a época coordenador do Núcleo de Estudos açorianos da UFSC) afirmava que a obra de Rodrigues Filho tem o “*firme propósito de devolver à comunidade catarinense litorânea, parte do seu saber ser*”. Reconhece o autor, em sua advertência a guisa de introdução, que “*este trabalho é baseado totalmente em pesquisa de campo*”. Logo, sem aprofundamento em termos de pesquisa teórica, bibliográfica e documental. Apesar disso, embora não tenha conseguido a mesma abrangência que o outro dicionário citado, tem sido igualmente por muitos aceito e evidenciado.

Não se deve esquecer em todo esse contexto que, conforme o desenrolar do processo histórico, a população de origem açoriana do litoral catarinense, assim como qualquer outra, se insere a uma formação econômica e sócio-espacial, onde nem todos os seus membros têm claro em sua memória a sua ascendência. Além do que, há aqueles que, por algum motivo, não se reconhecem enquanto membros da cultura local / regional, o que é bem comum em uma sociedade economicamente decadente, cujos hábitos e costumes de outras sociedades influem ou interagem.

Isso é visível em relação ao processo de expansão urbana e de novas economias na região (caso do turismo), em que boa parte da população, em especial os mais jovens, passa a renegar sua cultura e a absorver hábitos, costumes, por exemplo, da cultura dominante do centro do país (paulista, carioca), gaúcha (dada a aproximação e influência desta em toda região litorânea principalmente após a expansão dos CTGs (Centro de Tradição Gaúcha), e mesmo, platina, haja vista a forte presença hoje em dia de argentinos na região, principalmente, no período de verão, muitos dos quais, passaram nela a viver em definitivo. Some-se a isso a absorção e expansão de hábitos e costumes “americanizados”, evidenciando a influência cultural estadunidense, cuja mídia, teve papel importante.

### **Considerações Finais**

A cultura de base açoriana que domina na região litorânea catarinense nunca foi de todo invisível, pois, mesmo que a identidade cultural não estivesse evidenciada, não significa que tivesse desaparecido. Ela sempre esteve presente no dia a dia de seus membros, através da faina agrícola, na pesca, nas festas e brincadeiras. Enfim, nos hábitos e costumes como um todo.

Entretanto, a complexidade de elementos humanos, econômicos e naturais que perfazem cada contexto sócio-espacial leva a diferenciações, por vezes profundas, sentidas no tempo e espaço, mesmo que a formação étnico-cultural seja a mesma.

Daí a dificuldade em se enquadrar a população de origem açoriana da região litorânea catarinense na mesma lógica daquelas da região de origem (Açores) ou mesmo em relação aos imigrantes açorianos que se dirigiram para Portugal continental ou outras áreas da Europa (França, Inglaterra, Suíça) e América (Brasil, Argentina, Estados Unidos, Canadá,

entre outros) em vários momentos do século XX, movimento este que ainda continua<sup>35</sup>.

Nos Açores, há uma tradição cultural muito forte entre a população, percebido nos elementos que congregam o conjunto das ilhas, como os impérios e a fé no Divino Espírito Santo, ou mesmo em elementos mais localizados, a exemplo das *touradas a corda* na ilha Terceira.

A tradição cultural continua forte e presente também entre a maioria dos imigrantes, os quais, se não tencionam retornar à terra natal, a conserva viva em seu meio (cada qual segundo o lugar de origem), da mesma forma como mantém constantemente o contato com o arquipélago, e, quando podem, o visitam<sup>36</sup>.

No caso dos descendentes açorianos da região litorânea catarinense, as “*influências diferenciadoras de espaço e tempo*” que José da Costa Porto cita ao retratar a formação territorial brasileira<sup>37</sup>, tiveram grande influência para que o caminho seguido por aqueles acabasse por levar a um rumo um pouco diferente dos demais.

Trata-se de um povoamento ocorrido em um tempo muito distante (meados do século XVIII) em um ambiente natural e social bastante diverso. Não só novos hábitos e costumes foram absorvidos quanto muitos dos que possuíam se perderão no tempo, haja vista o isolamento geográfico que a região sul brasileira então representava. Houve também tradições e heranças culturais que se mantiveram sem alteração, mas que mesmo nos Açores vieram a perder importância ou até desaparecer.

O papel de “colono-soldado” que foi reservado ao descendente açoriano que veio para Santa Catarina dentro de uma conjuntura político-econômica de exploração (como vimos, por exemplo, em relação às constantes requisições nos primeiros séculos do povoamento) aliando pobreza ou uma reprodução da vida pela via da subsistência, dificultou ou mesmo

---

<sup>35</sup> Dada às dificuldades de uma maior expansão da economia açoriana, nas ilhas menos populosas e mais afastadas do circuito econômico mais dinâmico, observado principalmente em relação a São Miguel e Terceira, muitos, em especial a população mais jovem, estão propensos a saírem à procura de melhores condições sócio-econômicas, a iniciar por sua própria formação acadêmica. Nas ilhas de Flores, Corvo e Graciosa, por exemplo, habitantes locais (em relatos que tivemos em fins de 2007) reclamavam de problemas em relação a infra-estruturas e da pouca atenção por parte do governo (regional, nacional) em melhorar a economia local, em especial o turismo, cujo discurso de badalação não confere com o que se apresenta na realidade.

<sup>36</sup> Possivelmente entre as gerações mais jovens tais sentimentos venham se alterando. Não temos material suficiente para confirmar ou negar esta afirmação.

<sup>37</sup> PORTO (1965): 58.

impossibilitou seu retorno ou qualquer manutenção de relação, mesmo que esporádica, com a mãe-pátria. Isso ajudou sobremaneira à perda de muito da caracterização cultural em relação à região de origem, que se torna, literalmente, cada vez mais distante, tanto espacial quanto temporalmente. Favoreceu também à perda de grande parte dos laços que uniam Açores à região. E ainda, a perda da própria memória cultural, à medida que a maior parte dos integrantes da sociedade e cultura de gênese açoriana sequer tem noção de sua origem. Sabem que o modo como vivem e a cultura que possuem vêm de Portugal; embora não saibam exatamente de que região.

Isso talvez ajude a explicar os enganos, que inclusive estudiosos acabam cometendo, de achar que praticamente toda a manifestação cultural regional tem origem nos Açores (para uns mais esclarecidos) ou Portugal (para a maioria), a exemplo do boi-de-mamão, desconhecido da cultura açoriana das ilhas e que tem em sua formação elementos de gênese africana, indígena e “cabocla”, a exemplo da gastronomia à base de mandioca ou milho com o beiju, o cuzcuz e a bijajica.

Enfim, o tema é complexo. Esboçamos aqui um início de discussão, esperando sugestões e críticas a respeito. E que outros interessados pela temática da sociedade e cultura de origem açoriana de Santa Catarina, em particular, e Brasil, como um todo, venham também a contribuir no debate.

## Bibliografia

- ALEXANDRE, Fernando (1994). *Dicionário da Ilha. Falar e falares da Ilha de Santa Catarina*, Florianópolis, Cobra Coralina.
- ALMEIDA, Onésimo Teotônio (1986). “Usos e Abusos no Conceito de Açorianidade”, *IIº Congresso de Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo, 547-553.
- BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos (1798). Rio de Janeiro, Relatório sobre os Campos de Araçatuba do Presidente da Capitania de Santa Catharina, João Alberto de Miranda Ribeiro.
- BOITEUX, Lucas Alexandre (1944). “O Falanstério do Saí”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, vol. XII, 47-90.
- CÂMARA, Lourival (1940). “Estrangeiros em Santa Catarina”, *Separata da Revista de Imigração e Colonização*, Florianópolis, ano I, nº 4.
- CAMPOS, Nazareno José (1991). *Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina*, Florianópolis, Editora da UFSC/Fundação Catarinense de Cultura.
- CORREIO DOS AÇORES (2007). Ponta Delgada, 14 de outubro de 2007: 21.
- FANTIN, Márcia (2000). *Cidade Dividida*, Florianópolis, Cidade Futura.
- FARIAS, Vilson Francisco (1995). “Mapeamento da Cultura de Base Açoriana do Litoral Catarinense”, Angra do Heroísmo, *IVº Congresso de Comunidades Açorianas*, 567-580.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos (1998). “A Invenção da Açorianidade”, Braga, *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, nº 1, 125-147.
- LOHM, Reinaldo (1999). “A Cidade Contra o Campo”, in Ana Brancher (org) - *História de Santa Catarina - novos estudos*, Florianópolis, Estudos Contemporâneos.
- MADURO-DIAS, Francisco dos Reis (1978). “Considerações sobre a Açorianidade”, *Iº Congresso de Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo – Horta – Ponta Delgada, 221-226.
- MELLO FILHO, Osvaldo F. de (1953). “Notas e Pesquisas sobre o Boi de Mamão”, *Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore*, Florianópolis.
- MENEZES, Manuel de Souza (1952). *Os Casais Açorianos no Povoamento de Santa Catarina*, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade.
- PACHECO, Joel (2004). *Florianópolis a 10ª Ilha dos Açores*, Florianópolis, edição do Autor.
- PORTO, José da Costa (1965). *Estudo sobre o sistema sesmarial*, Recife, Imprensa Universitária.
- RODRIGUES FILHO, Ilson Wilmar (1996). *Dicionário de Regionalismos da Ilha de Santa Catarina (e arredores)*, Florianópolis, Fundação Franklin Cascaes / Editora Lunardelli.

- SAINT-HILAIRE, Auguste (1936). *Viagem a Província de Santa Catharina (1820)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira n° 58.
- SANTA CATARINA - Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Publicas e Agricultura (1919). *Relatório do Secretário da Fazenda, Viação, Obras Publicas e Agricultura dirigido ao Governador no exercício Dr. Hercílio Pedro da Luz em 1° de maio de 1919*.
- SERPA, Élio Cantalício (1999). “Açorianos na História e na Literatura – poder, raça, cultura”, Ponta Delgada, *Insulana*, vol. 55, 109-143.
- VÁRZEA, Virgílio (1900). *Santa Catharina. A Ilha*, Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brasil.